

Países do continente americano criarão órgão para defesa de direitos humanos

14 FEV 1997

O GLOBO

Proposta brasileira foi aceita em encontro realizado semana passada nos EUA

Hugo Marques

• **BRASÍLIA.** Mais de 150 autoridades de Governos e de forças armadas dos países do continente americano acolheram num seminário em Miami, Estados Unidos, na semana passada, a proposta brasileira de criação de um organismo de direitos humanos gerenciado por militares e civis na região. A proposta será concretizada em abril, num novo encontro em local a ser decidido. O coordenador do Plano Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, convidado para o seminário, disse que o organismo — onde o Brasil terá assento garantido — pode representar a consolidação da democracia no continente.

O Brasil foi convidado a enviar representantes para apresentarem idéias no seminário por ser o único país do continente com um Plano Nacional de Direitos Humanos institucionalizado e o terceiro a divulgar o documento em todo o mundo. Somente Filipinas e Austrália têm planos similares, conforme determinação da Conferência Mundial de Direitos Humanos da Áustria, de 1993. O Brasil também foi escolhido, segundo Gregori, por ser um dos poucos países a reconhecer mortes e desaparecimentos de presos políticos no período do regime militar, sem retrocesso institucional.

— O Brasil resolveu esse problema com a menor área de atrito possível — disse Gregori.

Os participantes do seminário mostraram interesse em conhecer as experiências brasileiras na área de direitos humanos, segundo Gregori, que foi obrigado a tirar mais de 150 cópias do documento para distribuir no evento. Além da Lei dos Mortos e Desaparecidos, as autoridades civis e militares que participaram do seminário mostraram interesse no projeto brasileiro de serviço civil obrigatório, incluído no Plano Nacional de Direitos Humanos.

Uma comissão brasileira liderada por Gregori viaja hoje para a China, outro país que demonstrou interesse em conhecer a política de direitos humanos implantada no Governo Fernando Henrique Cardoso. ■